



Carta Macro Mensal

Outubro 2025



Eventos Relevantes de 2025

Janeiro

20/01 Posse de Donald Trump
29/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs
29/01 Manutenção de juros do Fed

Fevereiro

01/02 Eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (Brasil)
23/02 Eleições na Alemanha

Março

05/03 *National People's Congress* (NPC) dará início à 3ª sessão anual na China.
07/03 PIB do 4º Trimestre de 2024 (Brasil).
19/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs.
20/03 1º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Aprovação do Orçamento de 2025 (Brasil);
Orçamento chinês para 2025;
Negociações salariais do Shunto japonês;
Prazo final para o projeto de lei de dotações nos EUA;
Reforma Ministerial (Brasil).

Abril

02/04 Entrega de estudos sobre comércio exterior pelo governo de Donald Trump (EUA).
15/04 Envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 para o Congresso e das Metas Primárias (Brasil).
Mudança no governo francês?

Maio

07/05 Reunião do FOMC, manutenção dos juros em 4,5%. Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 50pbs.
20/05 2º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/05 PIB do 1º Trimestre de 2025 (Brasil).

Junho

01/06 Eleição extraordinária do poder judiciário do México.
05/06 ECB encerra o ciclo de cortes de juros com taxa de 2,00% a/a.
18/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = alta da Selic para 15,00% a.a.

Julho

15/07 – 31/07 **Recesso Parlamentar no Brasil.**
21/07 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/07 **Reunião do Copom para decisão de juros.**
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
30/07 **FOMC manutenção dos juros em 4,5%.**

Agosto

06/08 Início das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.
31/08 Envio do Orçamento 2026 para o Congresso.
Prazo limite para definir a extensão do Teto da Dívida - EUA.

Setembro

02/09 PIB do 2º Trimestre de 2025 (Brasil).
17/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
17/09 FOMC. Expectativa = -25pbs.
23/09 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).

Outubro

26/10 Eleição legislativa da Argentina.
29/10 Decisão de juros FOMC. Expectativa = manutenção dos juros no intervalo entre 4,00% e 4,25%.

Novembro

05/11 Decisão de juros COPOM. Expectativa = manutenção da Selic em 15%.
25/11 5º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Primeiro turno das eleições chilenas.

Dezembro

04/12 PIB do 3º Trimestre de 2025 (Brasil).
10/12 Decisão de juros COPOM. Expectativa = -50pbs.
10/12 Decisão de juros FOMC. Expectativa = -25pbs.
10/12 Limite para aprovação do Orçamento 2026 (Brasil);
2ª quinzena **Recesso Parlamentar (Brasil).**
31/12 A Lei de Cortes de Impostos e Emprego de 2017 expira (prazo para acordo orçamentário) nos EUA.

Global: fim de ciclo de expansão econômica

Fim da fase de expansão econômica, com atividade nos EUA ainda resiliente, mas com mercado de trabalho esfriando e inflação pressionada por tarifas; a Área do Euro próxima de 1% de crescimento, sendo o melhor momento; e China já em moderação e deflação. Para emergentes, isso produz vetores mistos: (i) dólar mais fraco e a perspectiva de afrouxamento do Fed em 2025 são ventos favoráveis a moedas e juros locais; (ii) por outro lado, demanda externa mais fraca (China desacelerando) e fragmentação comercial pesam sobre exportações, preços de commodities e lucros. O balanço de riscos sugere que países com ancoragem fiscal e inflação em queda tendem a colher queda nos prêmios de risco e ter espaço para cortes de juros; já economias com fragilidades fiscais continuam vulneráveis a choques de fluxo e de termos de troca.

Estados Unidos: dilema da política monetária

No cenário de curto prazo segue a dicotomia de desaceleração do mercado de trabalho com atividade e inflação ainda resilientes. O desemprego subiu para 4,3% e a revisão anual da pesquisa do mercado de trabalho retirou 911 mil empregos do balanço até março, reduzindo a criação média de vagas para 74,5 mil/mês. Ainda assim, as revisões apontaram crescimento do PIB em 3,8% no 2º trimestre (variação trimestral anualizada), apoiado por consumo mais forte, e sustentando a expectativa de crescimento no 3º trimestre também robusto. Os sinais de alta frequência seguem mistos: PMIs em expansão, pedidos de seguro-desemprego perto de mínimas do ciclo, enquanto a pesquisa ADP registrou demissões líquidas em setembro (segundo mês consecutivo) e os dados de habitação dividida entre vendas de casas existentes fracas e um salto pontual em vendas de casas novas. Já a inflação acelerou entre junho e agosto (CPI e PCE em 0,4% m/m), com repasses de tarifas e aceleração da inflação de serviços; a tarifa efetiva (total arrecadado dividido pelo total importado) já supera 16%, significativamente maior que os 2% de tarifa no início do ano. Entre os riscos de curto prazo, um shutdown prolongado pode atrasar dados-chave e pesar sobre o crescimento. **Diante desse cenário, mantemos nossa projeção de dois cortes de juros no segundo semestre de 2025: a redução de 25 pontos-base feita em setembro, seguida por pausa em outubro; e novo corte de 25 pontos-base em dezembro.**

Entre os riscos de curto prazo, a paralisação prolongada do governo (shutdown) pode atrasar a divulgação de dados-chave sobre a economia, como o relatório de emprego e do índice de preços ao consumidor (CPI), entre outros indicadores econômicos, além de elevar o desemprego e pesar sobre o crescimento do PIB. Desde 1980, ocorrerão 11 paralisações, incluindo a atual. Em média as paralisações não duraram mais que 5 dias, contudo a do final de 2018 e começo de 2019 durou 35 dias e afetou vários serviços públicos. Também, o tema tarifário permanece ativo, tarifas adicionais foram anunciadas para farmacêuticos, caminhões pesados, móveis, armários. E no tema imigração, uma nova taxa de US\$ 100 mil para o visto H-1B e parâmetros mais elevados de salário foram implementadas e devem ter impactos setoriais (tecnologia).

Com isso, mantemos nossa avaliação que o balanço institucional também recomenda cautela. O dólar segue em trajetória de enfraquecimento frente às principais moedas. Essa dinâmica é reflexo de incertezas ligadas à atuação da administração atual em múltiplas frentes: comercial, geopolítica, imigratória, fiscal e monetária.

Para monitorar: negociações sobre o teto da dívida pública (fim do shutdown), evolução da inflação (com foco na inflação de bens) e dos indicadores do mercado de trabalho e decisão monetária de outubro.

Gráfico 1: Composição da criação de emprego (em vagas)

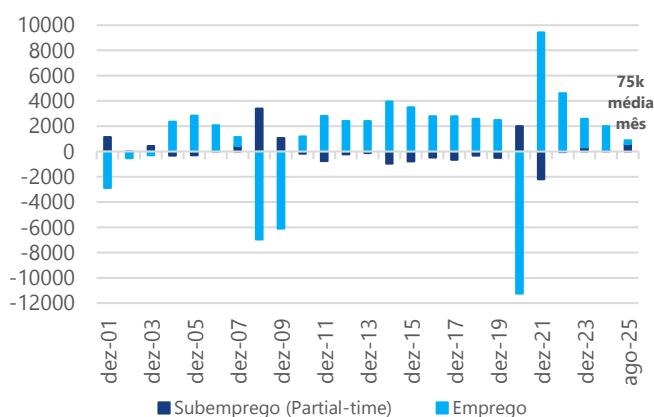
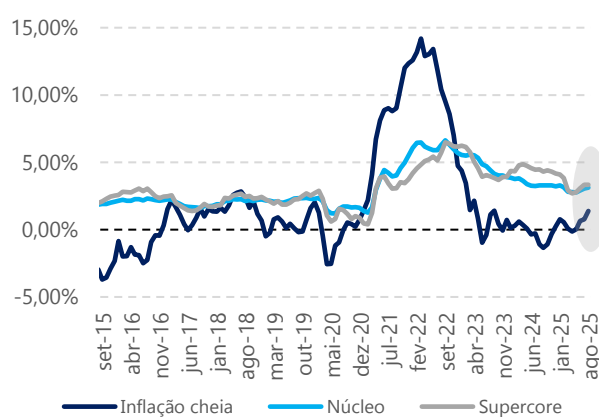


Gráfico 2: CPI Abertura (%)



Fontes: Bureau of Economic Analysis e U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Galapagos Capital.

Zona do Euro: crescimento de volta a 1% no curto prazo

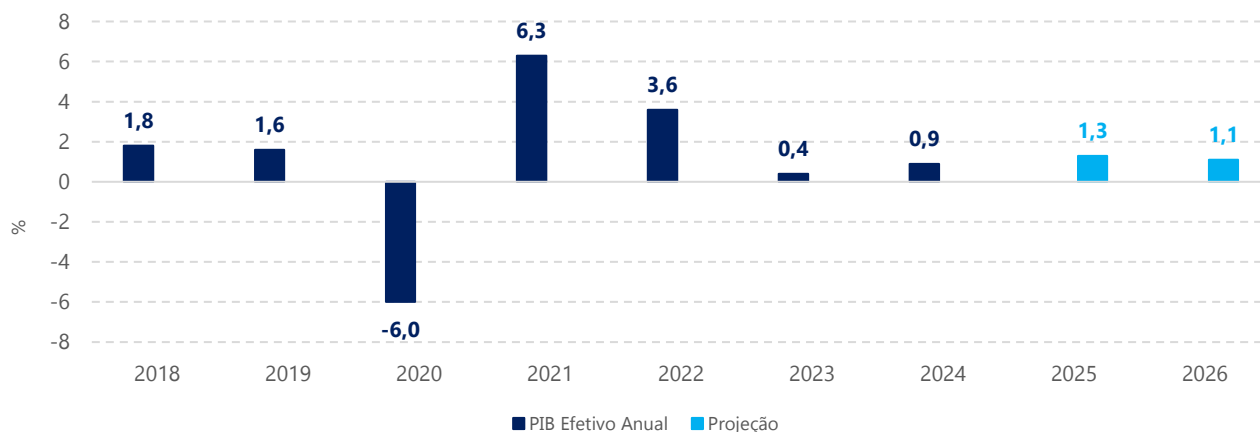
O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 2%, reforçando na coletiva de imprensa a mensagem de que a política monetária está em “bom lugar” para equilibrar riscos de inflação e atividade. **Assim, em nossa avaliação, o cenário aponta para estabilidade monetária no curto prazo, com a economia demonstrando maior resiliência frente às incertezas globais. Nesse sentido, esperamos o início do ciclo de flexibilização apenas no primeiro semestre de 2026.**

Além disso, a área do euro deve crescer em torno de 1%, aproximadamente o seu ritmo pré-pandemia, mas com uma composição distinta: Alemanha mais fraca, Espanha e outros países mais fortes. Recentemente, o crescimento da força de trabalho arrefeceu, enquanto a produtividade mostra sinais de avanço, indicando um modesto impulso cíclico à medida que a redução dos juros pelo BCE e o apoio fiscal alemão aliviam os entraves ao investimento em capital. Prevemos que a maior execução dos recursos do NGEU (*NextGenerationEU*), as reformas, o aumento dos gastos com defesa, a adoção de inteligência artificial e a ainda elevada taxa de participação/fluxo migratório devam sustentar o crescimento econômico em torno de 1% até o fim de 2026.

O desafio estrutural, no entanto, é demográfico: mesmo em cenários de alta imigração, as projeções da Eurostat apontam para a redução da população em idade ativa, o que implica que a produtividade terá de assumir maior parte do ajuste para evitar uma perda de dinamismo após 2026. Em suma, o crescimento ao redor de 1% no curto prazo parece alcançável, mas a sua durabilidade dependerá da execução adequada das políticas e da elevação sustentada da produtividade.

Para monitorar: decisão do BCE em outubro e evolução da atividade.

Gráfico 3: PIB (a/a)



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Galapagos Capital.

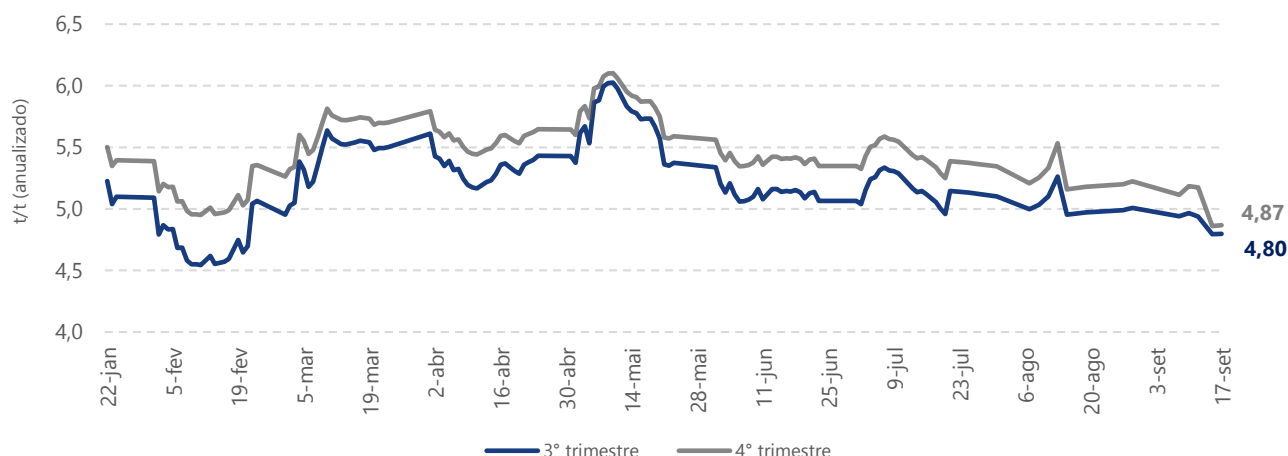
China: desaceleração econômica no 2º semestre

A China mantém a trajetória de moderação do crescimento econômico no segundo semestre. As exportações de agosto mantiveram o crescimento anual (destaque para as exportações para Europa, Japão e Ásia emergente). Mas, projetamos desaceleração do ritmo de crescimento devido à perda de tração externa e fragilidade doméstica. Nosso nowcast aponta para alta de 4,8% nos 3º e 4º trimestres (vs. 5,2% registrado no 2º trimestre). A deflação nos índices de preços ao consumidor (-0,4% a/a em agosto) e ao produtor (-2,9% a/a) permanece a principal preocupação de curto prazo: alivia custos de bens, mas reduz margens, comprime renda real e desincentiva investimento. **Estimamos que a deflação pode reduzir o crescimento do PIB de 0,5% a 1,0% neste ano.** Do lado empresarial, os lucros industriais permanecem negativos a/a, porém melhor em relação ao início do verão (de -9% a/a em maio para -1,5% a/a em julho), sugerindo alguma recomposição de margens.

Mesmo assim, o PBoC (Banco Central Chinês) manteve as taxas de juros básicas (1 ano em 3,0% e 5 anos em 3,5%), priorizando apoio seletivo em vez de afrouxamento amplo. Exemplos: medidas de "*anti-involution*" (ordem na produção e menor competição predatória) procurando reverter a tendência de deflação e estímulos fiscais moderados, como a antecipação parcial da cota de títulos locais de 2026, para ativar o consumo. Acreditamos que essas medidas devem ajudar na manutenção do ritmo de crescimento ao redor de 5% em 2026.

Para monitorar: quarta plenária do Politburo de 20 a 23 de outubro, continuação da negociação comercial com os EUA, sinais de realocação de cadeias produtivas, novos anúncios de estímulos pelo governo e desempenho das exportações.

Gráfico 4: Nowcast do PIB



Fonte: CEIC. Elaboração: Galapagos Capital.

Brasil: autoridade monetária mantém tom duro

O Banco Central do Brasil (BCB) manteve a Selic em 15% a.a., consolidando o fim do ciclo de alta e adotando um tom duro: a atividade desacelera “como esperado”, os juros permanecerão elevados por um período prolongado e o Comitê está pronto para retomar o aperto, se necessário. Em nossa opinião, ao enquadrar a desaceleração como consistente com seu cenário-base, o Copom desestimula apostas em cortes iminentes. A política segue altamente contracionista: a taxa real ex-ante (Swap-DI de 1 ano menos a expectativa de inflação 12 meses à frente da pesquisa Focus) ao redor de 9,5% está muito acima do juro neutro estimado pelo BCB de 5%, favorecendo a desinflação.

Segundo a ata da decisão de juros e o Relatório de Política Monetária (RPM) publicados na última semana de setembro, os riscos de inflação permanecem elevados. As projeções ficaram praticamente inalteradas: IPCA em 4,8% (2025), 3,6% (2026), 3,4% (1º tri/2027), 3,2% (fim de 2027) e 3,1% (1º tri/2028). O BCB elevou o hiato do produto para 0,7% no 2º tri e 0,5% no 3º tri (compatível com inflação acima da meta) e projeta hiato negativo em 2027 (-0,5%), ajudando a convergência à meta de 3%. À frente, o Bacen projeta crescimento do PIB de 2,0% em 2025 (ante a estimativa anterior de 2,1%) e 1,5% em 2026; a combinação de desaceleração concentrada em setores menos cíclicos e mercado de trabalho ainda forte explica o hiato mais alto no curto prazo.

Em nossa avaliação, a desaceleração econômica já afeta setores mais sensíveis à política monetária (comércio varejista, indústria de transformação e materiais de construção civil) e deve se intensificar nos próximos meses, reforçando o processo desinflacionário. **Mantemos a projeção de corte de 50 pontos-base em dezembro, levando a Selic a 14,5% e iniciando um ciclo gradual de flexibilização.**

No *front* fiscal, o governo elevou os bloqueios de despesas para R\$ 12,1 bi, realocando gastos discricionários para obrigatórios; não houve contingenciamento, com déficit primário projetado em R\$ 30,2 bilhões, piso do intervalo da meta. Contudo, aumenta a probabilidade de anúncio de contingenciamento na revisão de novembro, dada a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que o governo deve perseguir o centro da meta de primário, e não o piso. Por fim, a tramitação da isenção de IR até R\$ 5 mil/mês, com compensação via alíquota de

10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil/mês, tende a ser neutra para os mercados se aprovada como proposta, por afastar o cenário de renúncia sem compensação.

Para monitorar: votação do projeto que isenta do IRPF quem recebe até R\$ 5mil/mês a partir de 2026 no Senado, pesquisa de opinião sobre a aprovação do governo e os dados de atividade econômica.

Gráfico 5: Indústria (variação 12 meses)

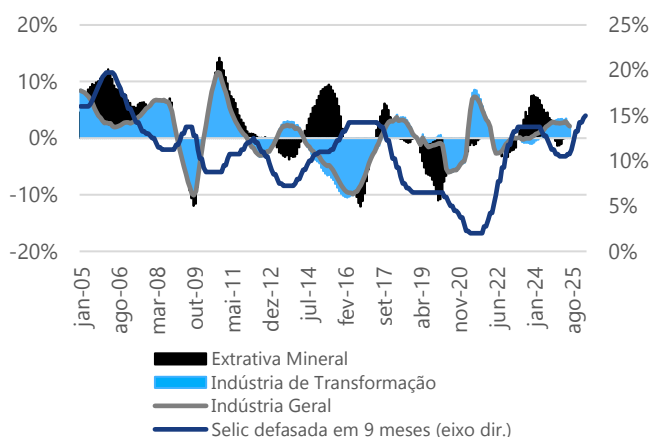
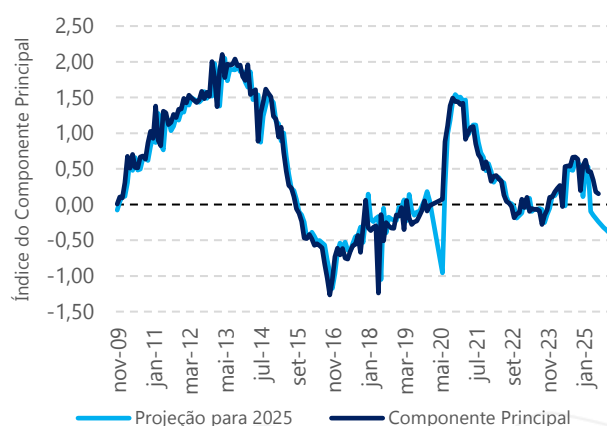


Gráfico 6: Projeção Construção Civil



Fonte: IBGE. Estimativa e Elaboração: Galapagos Capital.

América Latina

CHILE: o Banco Central do Chile (BCCH) manteve a taxa de juros em 4,75%, em decisão unânime, em linha com a nossa expectativa. O comunicado destacou a incerteza externa, com foco nas medidas tarifárias dos EUA levando a mudanças nos fluxos comerciais. Além disso, indicou que o risco de maior persistência da inflação torna necessário reunir mais informações antes de avançar com o processo de redução da taxa de juros, já que, apesar da inflação cheia continuar diminuindo, o núcleo está acima do esperado. Por fim, a atividade doméstica segue alinhada ao IPoM (Relatório de Política Monetária), que em setembro destaca os impulsos do investimento e consumo privado. **Assim, devido a persistência da inflação acima da meta, projetamos a manutenção da taxa de juros em 4,75% na reunião de 28 de outubro.**

COLÔMBIA: o Banco Central (Banrep) manteve a taxa de juros em 9,25%, com quatro votos a favor, dois por corte de 50bps e um por 25bps. A decisão refletiu a alta da inflação em agosto, que passou de 4,9% a/a para 5,1% a/a, sendo segundo aumento seguido do indicador. Além disso, as expectativas de inflação dos analistas vêm aumentando e agora estão 5% e 4% para 2025 e 2026 respectivamente, algo que deve preocupar o Banrep. Por fim, a economia cresceu 2,5% no segundo trimestre refletindo o bom dinamismo da demanda interna. **Assim, acreditamos que a inflação mais intensa e a atividade resiliente farão com que o Banco Central mantenha a taxa de juros inalterada na reunião de 31 de outubro.**

MÉXICO: o Banco Central (Banxico) reduziu a taxa de juros em 25bps para 7,50%, em linha com a nossa expectativa e com quatro votos a favor e um contra (um membro votou a favor da manutenção). O comunicado indicou que a decisão refletiu a combinação de apreciação do câmbio, a atividade econômica mais fraca no início

do terceiro trimestre e os possíveis impactos das mudanças em políticas econômicas globais. Além disso, foram apresentadas no comunicado as projeções de inflação até o terceiro trimestre de 2027, em que houve uma revisão para baixo da inflação cheia para o fim de 2025, alcançando 3,6% a/a (ante 3,8% a/a), e uma revisão para cima da inflação subjacente (4,0% a/a, ante 3,7% a/a). **Entretanto, acreditamos que a desaceleração da inflação cheia e da atividade econômica, abrem espaço para mais um corte de 25bps na reunião de 6 de novembro.**

Tabela 1: Indicadores Financeiros (setembro de 2025)

Setembro 2025										
Índice	S&P 500	Nasdaq	Bovespa	FTSE 100	Down Jones Industrial Average	Mexico IPC	Hang Seng	MSCI - Europa, Austrália & Extremo Oriente	Barclays Capital U.S. Corporate High Yield	Barclays Capital U.S. Aggregate Bond Index
Mês	6.688,46	24.679,99	46.397,89	26.855,56	9.350,43	146.237,02	62.915,57	1.346,05	2.876,85	2.323,29
% Perf.	3,53%	5,40%	1,87%	7,09%	1,78%	3,40%	7,17%	6,96%	0,82%	1,09%
CURRENCY	Dólar Australiano	Real Brasileiro	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Euro	Iene Japonês	Franco Suíço			
Mês	0,66	5,32	1,34	1,39	1,17	147,90	0,80			
% Perf.	1,12%	-1,99%	-0,43%	1,30%	0,41%	0,58%	-0,51%			
Taxa de Juros	LIBOR de 1 mês	SOFR	T-bill EUA 3 meses	Título do Tesouro EUA 10anos	Bond Alemão 10 anos	Taxa de juros do Brasil				
Mês	4,96	4,13	3,93	4,15	2,71	14,90				
% Perf.	0,00%	-3,36%	-5,00%	-1,87%	-0,48%	0,00%				
COMMODITIES	BCOM	Ouro	Petróleo	Ferro						
Mês	104,63	3858,96	62,37	783,00						
% Perf.	1,79%	11,92%	-2,56%	-0,51%						

Fonte: Bloomberg. Elaboração: Galapagos Capital.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da Galapagos Capital Investimentos e Participações ("Galapagos") e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Galapagos destaca que a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

A Galapagos também destaca que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, a Galapagos não apresenta nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A Galapagos não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a Galapagos e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A Galapagos informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas